



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JOÃO VITOR OTÁVIO SANTOS DE LIMA

**Pela defesa da Fé de Cristo e a liberdade: a representação heroica de
João Fernandes Vieira na obra O Valeroso Lucideno e o triumpho da
liberdade, de Frei Manoel Calado**

RECIFE

2023

JOÃO VITOR OTÁVIO SANTOS DE LIMA

Pela defesa da Fé de Cristo e a liberdade: a representação heroica de João Fernandes Vieira na obra O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade, de Frei Manoel Calado

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a Conclusão do curso de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Clementino da Silva

RECIFE

2023

JOÃO VITOR OTÁVIO SANTOS DE LIMA

Pela defesa da Fé de Cristo e a liberdade: a representação heroica de João Fernandes Vieira na obra O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade, de Frei Manoel Calado

Monografia apresentada ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em História.

Recife, 30 de novembro de 2023

BANCA EXAMINDORA

Kleber Clementino da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Giselda Brito Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Lucas Victor Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L732d Lima, João Vitor Otávio Santos de
Pela defesa da Fé de Cristo e a liberdade:: a representação heroica de João Fernandes Vieira na obra O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade, de Frei Manoel Calado / João Vitor Otávio Santos de Lima. - 2023.
48 f. : il.
- Orientador: Prof. Dr. Kleber Clementino da Silva.
Inclui referências e anexo(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, 2023.
1. Representação. 2. O Valeroso Lucideno. 3. Seiscentos. 4. Insurreição Pernambucana. 5. Heroicização. I. Silva, Prof. Dr. Kleber Clementino da, orient. II. Título

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu Senhor Jesus Cristo pelo fôlego de vida e eternas bondades e misericórdias sobre minha vida. Se cheguei até aqui foi unicamente mediante a Graça dEle, a qual me sustentou e me guardou em cada passo desse trajeto acadêmico. Minha alma se enche de gozo e tal qual o salmista declara; “Porque o Senhor é bom, e eterna sua misericórdia; a sua verdade dura de geração em geração” (Salmos 100, verso 5)

Aos meus pais, Vanessa e Orlando, que tanto se esforçaram dia após dia para me disponibilizar um ensino de qualidade e, posteriormente, no ensino superior, me incentivando a ir atrás dos meus sonhos, me aconselhando e orando por mim.

À minha avó Neide e minha tia Cely por terem me ajudado em meus estudos e acreditado no meu potencial e me cercarem de carinho e cuidado, sou imensamente grato por tudo que fizeram por mim.

À minha família, mais especialmente minhas tias Paula, Iolanda, e Tita por me cobrirem de orações e palavras de encorajamento, por nos momentos difíceis estarem do meu lado, sempre torcendo por mim.

Aos meus amigos de faculdade Eduarda, Juliana, Robert, Beatriz e Douglas que desde o primeiro período estiveram comigo, em cada disciplina, seminários, provas e estágios, sofrendo juntos, mas também compartilhando momentos de descontração no meio de tantas demandas.

Ao meu orientador Kleber Clementino por desde o início ter se disponibilizado a me orientar e acreditado no meu potencial, e por ter sido tão atencioso.

e disponível durante esta trajetória acadêmica me sanando dúvidas, corrigindo meus relatórios e me guiando de perto durante todo o percurso.

À Coordenação do curso de História em especial o coordenador Otávio e o secretário André por tudo que fizeram por mim, por toda atenção e paciência durante esses meses finais, sou grato por tudo que fizeram por mim.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco por ser este lugar acolhedor e essencial na minha trajetória acadêmica.

Não estaria concluindo essa etapa sem a graça do Senhor e cada um dos nomes listados acima. Muitas outras pessoas fizeram parte desse processo e cada um à sua forma integrou esse caminho que foi árduo, mas recompensador. Cada ida e vinda da minha cidade em que moro, Vitória de Santo Antão, para Recife, por vezes foi cansativo e corrido, mas sou eternamente grato pelas pessoas que conheci e que me auxiliarão ativamente nessa trajetória.

As horas dizimei, para memória
Deixar entre os humanos desta história
Nos peitos dos fiéis (quando pregava)
Entre os discursos vários, que fazia,
Heroicos exemplos semeava
E façanhas heroicas colhia:
Os de robustos braços incitava
Os de corações frios acendia
Com que Pernambuco por mil modos
Queriam defender a pátria todos

Frei Manoel Calado

RESUMO

Este trabalho possui o propósito de analisar a representação construída da figura de João Fernandes Vieira na obra *Valeroso Lucideno e triumpho da liberdade* (1648) escrita pelo Frei Manuel Calado. A narrativa abarca, desde as invasões neerlandesas no território pernambucana iniciada em 1630 até os primeiros momentos da Insurreição Pernambucana. O *Lucideno*, assim como outras obras dos Seiscentos, possuía um fito político imediato. Seu caráter emergencial é denotado mediante sua narrativa encerrar-se, de maneira abrupta, sem contemplar a Guerra de Restauração como um todo e encaminhado para Portugal antes mesmo do fim conflito. O propósito de publicação da obra era o de obter o favor do Rei e seus Ministros para com os insurretos, sendo dedicada a D. Theodósio. Entretanto, nela se observa a heroicização de João Fernandes Vieira a partir dos eventos narrados. O militar e senhor de engenho é concebido como um agente da Providência para libertação do povo pernambucano dos hereges neerlandeses. A pesquisa se pauta nas obras de Evaldo Cabral de Mello, José Antônio Gonsalves de Mello, Sylvia Brito e Kleber Clementino, para compreender o contexto sociopolítico, bem como da escrita da guerra realizada no período. Para o estudo das representações a utilização das obras e escritos de Roger Chartier mostrou-se imprescindível para caracterizar a construção da figura heroica de João Fernandes Vieira na narrativa de Calado.

Palavras-chave: Representação; O Valeroso Lucideno; Seiscentos; Insurreição Pernambucana; Heroicização

ABSTRACT

This work has the purpose of analyzing the constructed representation of the figure of João Fernandes Vieira in the work *Valeroso Lucideno e triumpho da Liberdade* (1648) written by Frei Manuel Calado. The narrative covers, from the Dutch invasions in Pernambuco territory that began in 1630 to the first moments of the Pernambuco Insurrection. *Lucideno*, like other works from the 1600s, had an immediate political aim. Its emergency nature is denoted by its narrative ending abruptly, without contemplating the Restoration War as a whole and sent to Portugal even before the end of the conflict. The purpose of publishing the work was to obtain the favor of the King and his Ministers towards the insurgents, being dedicated to D. Theodósio. However, it shows the heroicization of João Fernandes Vieira based on the events narrated. The military man and planter is conceived as an agent of Providence to liberate the people of Pernambuco from Dutch heretics. The research is based on the works of Evaldo Cabral de Mello, José Antônio Gonsalves de Mello, Sylvia Brito and Kleber Clementino, to understand the sociopolitical context, as well as the writing of the war carried out in the period. For the study of representations, the use of the works and writings of Roger Chartier proved to be essential to characterize the construction of the heroic figure of João Fernandes Vieira in Calado's narrative.

Keywords: Representation; The Valiant Lucideno; Six hundred; Pernambuco Insurrection; Heroicization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO UM: A OCUPAÇÃO NEERLANDESA NO NORDESTE AÇUCAREIRO E INÍCIO DA INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA	12
CAPÍTULO DOIS: DA OBRA O VALEROSO LUCIDENO E TRIUMPHO DA LIBERDADE E SEU CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE ESCRITA DA HISTÓRIA ..	21
CAPÍTULO TRÊS: A REPRESENTAÇÃO HERÓICA DE JOÃO FERNANDES VIEIRA PELA NARRATIVA DE FREI MANOEL CALADO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
ANEXOS	47
Anexo 1 – Capa da primeira versão publicada da obra O Valeroso Lucideno e o triumpho da liberdade.....	47
Anexo 2 – Prólogo ao leitor.....	48

INTRODUÇÃO

Muito além de registrar a memória acerca das lutas que se sucederam no Nordeste açucareiro, durante a ocupação neerlandesa na primeira metade do século XVII, as narrativas portuguesas do Seiscentos possuíam fitos políticos particulares, os quais serviram tanto para atendimento de necessidades imediatas, quanto relegaram para a posteridade um imaginário de período bélico, principalmente no que se refere à Guerra de restauração, ocorrida entre 1645 a 1654. A compilação de fatos, nomes, conquistas e derrotas com um objetivo exclusivamente instrutivo não se constitui como uma singularidade de textos desse gênero; pelo contrário, as narrativas construídas, ao mesmo tempo que exaltam personalidades atuantes na guerra, constroem outras sob contornos de imoralidade e até perversidade, o que evidencia os propósitos individuais inerentes a essa escrita (CLEMENTINO, 2014)

O Valeroso Lucideno e triumpho da liberdade (1648), escrito por Frei Manuel Calado, faz parte do cânon de obras produzidas no Seiscentos construído por intelectuais que se debruçaram no estudo acerca do período holandês no Brasil. Inicialmente, a obra foi publicada a fim de persuadir o rei e seus ministros a apoiarem os insurretos pernambucanos, empenhados na empresa da Restauração, entretanto, não demorou muito para que fosse proibida sua circulação pela Santa Inquisição (GONSALVES DE MELLO, 1954)

Os escritores do Seiscentos concebiam o fato histórico mais como um meio do que um fim em si mesmo, isto é, o fato já poderia ter sido relatado por outros meios e obras, mas a maneira como ele passa a ser dito e como ele irá ser inserido em uma narrativa que dialoga com as demandas políticas conjunturais é o que alicerça o gênero histórico de tal período. Visando a legitimação e abafamento de notícias contrárias às efígies que ambicionavam construir de si, foram em busca de espalhar narrativas heroicas (CLEMENTINO, 2016)

João Fernandes Vieira, militar e senhor de engenho português, teve um proeminente papel na Guerra de Restauração (1645-1654) que culminou na capitulação do Recife e praças-fortes inimigas, liquidando o domínio dos holandeses no Nordeste (MELLO, 2021). Calado desenha, sob contornos bastante inverossímeis,

seus feitos colocados em pedestais e os seus inimigos políticos retratados como seres atroztes e imorais.

A narrativa de Calado apresenta João Fernandes Vieira como resposta aos anseios de liberdade com relação a dominação dos holandeses sobre Pernambuco. Desde o primeiro momento em que aparece na escrita do frei, o senhor de engenho é exaltado por sua excelente conduta para com os menos favorecidos e inegável desejo de restituir para os moradores e para a Coroa portuguesa o território que estava sob o jugo dos flamengos. Poemas dedicados ao militar e senhor de engenho interrompem o fluxo da narrativa para dar espaços a verdadeira elegias ao herói restaurador. No *Lucideno*, que é o nome dado ao próprio Vieira, Frei Manuel Caldo, em sua escrita, representa um homem virtuoso, valente, líder nato e que merece ser glorificado por suas boas obras.

Para Roger Chartier as representações do mundo social, sendo construções, sempre são intrínsecas aos interesses do grupo que as constrói, assim o discurso está imbricado com a posição de quem o utiliza (CHARTIER, 2002). Sendo assim, a imagem que Frei Manuel Calado constrói de João Fernandes Vieira advém das demandas que a publicação do livro *O Valeroso Lucideno e o triumpho da liberdade* anseia atender, tanto em favor do próprio frei, como do movimento restaurador e do próprio Vieira. É válido pontuar que Calado havia descumprido as ordens do bispo do Brasil, os insurretos necessitavam de mais apoio por parte da Coroa portuguesa e denúncias contra João Fernandes Vieira estavam emergindo e todos esses fatores influem sobre a narrativa de Calado sobre o período de ocupação holandesa e a Insurreição Pernambucana (1645-1654). Chartier (2002) afirma que não existe neutralidade nos discursos relacionados a percepção social, por possuírem estratégias e práticas para impor autoridade, legitimar algum projeto ou justificar escolhas e condutas. No que se trata tanto do texto literário, quanto do documental, o real não é ou não é apenas a realidade visada pelo texto, mas a forma como ele a cria, mediante a historicidade de produção e intencionalidade de escrita.

CAPÍTULO UM: A OCUPAÇÃO NEERLANDESA NO NORDESTE AÇUCAREIRO E INÍCIO DA INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA

A Insurreição Pernambucana levou a cabo o domínio neerlandês no Brasil. Entretanto, esse fato foi apenas um dos desdobramentos de uma guerra que se deu em escala global, entre o império ultramarino português e a Companhia das Índias Ocidentais, sendo, por vezes, considerada por alguns historiadores como a Primeira Guerra Mundial (BOXER, 2002). A relação entre Portugal e Países Baixos era longeva, sendo o comércio do açúcar brasileiro uma atividade que possuía bastante influência da comunidade sefardita portuguesa que havia fugido para Amsterdã, por conta da perseguição do Santo Ofício. Residindo nos Países Baixos, essa comunidade teve grande participação não apenas na comercialização do açúcar, como também colonização do Nordeste e na agroindústria açucareira (MELLO, 2010). As relações amistosas entre essas duas potências passaram a se deteriorar após a união peninsular entre Portugal e Castela.

Os nove filhos legítimos de D. João III faleceram, acarretando uma crise dinástica que gerou indagações de quem assumiria o trono após a morte do rei. Filho do último filho dos reis de Portugal, D. João, com sua coirmã, prima e cunhada, D. Joana, D. Sebastião era esperança que restante dos portugueses, mediante a inevitabilidade de serem governados por um rei de Castela. Até o jovem completar a maior idade, a regência do reino e tutela do futuro herdeiro ficou ao encargo, a princípio, de sua avó D. Catarina, a qual era tia de Felipe II, e posteriormente, do cardeal D. Henrique, exercendo plenamente seu reinado apenas em 1568 aos 14 anos. Após a morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir em Marrocos, o eclesiástico D. Henrique foi aclamado rei. Uma das questões centrais desse reinado foi reestabelecimento da linha sucessória, contribuindo para o acirramento de disputas internas acerca de quem viria a ser o herdeiro legítimo. O cardeal-infante ainda tentou por meio da dispensa papal para se casar, mas essa medida foi negada veemente por Filipe II. Não deixando sucessores, nem indicando o nome de alguém para suceder o trono em seu testamento, haviam cinco candidatos ao trono, vale ressaltar que todos eles descendiam de D. Manuel I, porém quem assumiu o trono foi Filipe II, embora houvesse uma série de resistência internas (RAMOS, 2014)

Para consagrar-se rei, agora Filipe I de Portugal, além de ser herdeiro legítimo teve que exercer duas frentes, a da conquista e a da negociação. Convocadas em abril de 1581, as Cortes convocadas pelo rei definiram constitucionalmente o estatuto da integração portuguesa na monarquia dos Habsburgo espanhóis. O denominado “Estatuto de Tomar” reconhecia que os portugueses não estavam sujeitos a Castela, assim o reino de Portugal era autônomo, pois fora um reino herdado e não conquistado. Entretanto, seria incorreto afirmar que essa integração não gerou tensões e, como no caso das invasões holandesas nas possessões ultramarinas portuguesas, um conflito em escala global (RAMOS, 2014)

As Sete Províncias Unidas dos Países Baixos eram um impasse para a monarquia dos Habsburgos. Desde sua rebelião e constituição em república, ocorridos respectivamente em 1567 e 1569, a guerra definiu a relação dessas potências, com exceção dos anos de trégua entre os anos de 1609 e 1621. O processo de independência nacional da República das Províncias Unidas dos Países Baixos é concomitante a expansão colonial durante a guerra travada contra a Espanha. Há duas hipóteses, não excludentes, que explicam esse surto marítimo ascendente que os batavos começaram a edificar em fins do século XVI, uma concebe essa expansão colonial como o resultado da busca por fontes de comércio e riqueza que os embargos impostos pela Espanha lhes negavam e segunda concebe esses fatores econômicos apenas como uma das facetas de um processo mais amplo e complexo. Antes das invasões, Portugal e os países baixos possuíam uma longa relação antes da crise dinástica e posterior junção de reinos com a Espanha. O embargo que esta promoveu contra os batavos afetou, conseqüentemente, essa relação pré-existente. A proibição de navios que advinham dos países baixos na Península prejudicou o suprimento de produtos que eram indispensáveis à economia batava, como o sal português que era essencial para atividade da pesca, um dos cernes da economia dos países baixos (MELLO, 2010)

No último decênio do século XVI, a República das Províncias Unidas dos Países Baixos conseguiu consolidar militarmente sua independência com relação a Espanha, e já no início do século XVII, os holandeses iniciaram sua ofensiva ultramarina com o objetivo de destruir as bases coloniais de riquezas e do poderio ibérico. Mediante a fundação da Companhia das Índias Orientais (VOC), nos primeiros anos do século XVII e da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) em 1621,

promoveram, tanto o comércio, como colonização das possessões conquistadas por Portugal e Espanha (MELLO, 2010).

Cabe pontuar, entretanto, que com a Trégua dos Dozes Anos, ocorrida entre os anos de 1609 a 1621, entre a Coroa portuguesa e os Países Baixos, o interesse pelos produtos comercializados pelo Brasil forma intensificados com a retomada das relações comerciais entre portugueses e neerlandeses (HOLANDA, 1997). Os ataques se iniciaram já no final do século XVI, primeiramente contra Príncipe e São Tomé, mas só em 1624, os neerlandeses iriam invadir a Bahia e posteriormente, em 1630, Pernambuco (BOXER, 2002).

Entretanto, torna-se indispensável pontuar a dimensão religiosa que tal possuía. No caso da República das Províncias Unidas dos Países Baixos, a Reforma Protestante transformou a realidade cultural e sócio econômica da região, não sendo um processo que ocorreu de forma repentina, os indícios da ascensão de um movimento reformista eram perceptíveis desde a Idade Média. A partir da decadência moral que a Igreja Cristã estava a vivenciar, rebentos reformistas começaram a brotar, tais como John Wycliffe, no caso inglês e, na boêmia, John Huss. Nos Países Baixos, Geert Groote liderou o movimento “irmãos de vida comum”, no qual os integrantes aderiam os três votos monásticos, que incluíam pobreza, celibato e obediência. As obras de Tomás de Kempis e Erasmo de Roterdã tiveram influência na disseminação de ideais religiosos que contribuíram para o nascimento de movimentos reformistas na região. No caso de Roterdã, a sua tradução do Novo Testamento para o grego em 1516 foi utilizada por Lutero em sua tradução para o alemão publicado em 1522 (SCHALKWIJK, 1986)

A Guerra dos Trinta Anos, que se iniciou em 1618 e se encerrou em 1648, foi consequência dessas disputas de ordem política e doutrinária. De um lado, reino espanhol católico e do outro os Países Baixos que eram reformados. Após uma trégua de dozes se voltaram a se enfrentar belicamente. Tal conflito não se limitou apenas aos territórios europeu, mais incidiu nas possessões ultramarinas de Espanha e Portugal. No que se refere a Contrarreforma, a igreja atuou em duas frentes com o fito de combater a expansão protestante, sendo a primeira educacional e a segunda de punição. As ações da Igreja desdobraram-se em três ações, os Seminários Tridentinos, o qual foi estabelecido no Concílio de Trento, e Companhia de Jesus que

integravam a frente educativa e, além dos Tribunais do Santo Ofício a de punição. Estes, amalgamados aos Estados, atuaram impedindo a disseminação e adesão dos ideais heréticos reformistas. No caso português, os Regimes da Inquisição foram utilizados para manter a fé católica mediante uma estrutura jurídica que censurava e punia tudo que estivesse associado as heresias. A Companhia de Jesus atuou nas regiões invadidas pelos Estados europeus com o fito de catequizar os povos que ali residiam, através de estratégias educacionais para evangelização. A Guerra de Trinta Anos constitui-se como um desdobramento desses embates político-religiosos. A disputa consistiu em conflitos pela hegemonia entre países europeus com vertentes doutrinárias distintas, não se restringindo apenas ao espaço territorial europeu, mas incidindo sobre as possessões ultramarinas desses (MAGALHÃES, 2010)

Tratando-se da América portuguesa, esta consistia em um elo frágil do sistema castelhano, por ser uma possessão portuguesa, a defesa desse território era desfavorecida na escala de prioridades das autoridades de Madri. O açúcar brasileiro era uma atividade, da qual a comunidade sefardita de origem portuguesa em Amsterdã que, fugida da perseguição do Santo Ofício e também da conquista do porto de Antuérpia, tinha bastante influência. Estando envolvidos no financiamento, operação da agroindústria açucareira e com a comercialização os produtos advindos dela. A partir dessa presença portuguesa, os batavos foram adquirindo conhecimento acerca dos aspectos econômicos e sociais do Nordeste açucareiro. Além do açúcar e do pau-brasil, o Brasil forneceria uma posição favorável para que bases de operação contra as naus espanholas e portuguesas fossem estabelecidas. A invasão de Pernambuco pelos holandeses ocorreu em 1630, na qual resultou queda de Olinda e a retirada do exército do hispano-lusobrasileiro para a Bahia, porém, anteriormente, já houvera uma breve ocupação holandesa entre os anos em Salvador entre os anos de 1624 e 1625 (MELLO, 2010)

Tendo sido elaborada em 1623 e posta em prática em maio de 1624, a invasão da Bahia contou com a participação de importantes forças militares e foi supervisionada por comandantes experientes, entretanto no ano seguinte uma esquadra ibérica conjunta foi enviada, libertando a Bahia e dando cabo ao domínio neerlandês na capital da colônia brasileira (HOLANDA, 1997). No ano de 1630, se inicia o processo de invasão da capitania de Pernambuco, o qual perdurou até 1637, esse período corresponde à guerra de resistência, a qual vai desde da queda de

Olinda à retirada do exército hispano-luso-brasileiro para a Bahia, se saldando mediante o poderio neerlandês sobre a região entre o Ceará e o São Francisco (MELLO, 2021). A capitania de Pernambuco não possuía uma defesa muito eficaz e após cinco anos de contínua luta com um auxílio incipiente da metrópole ibérica os neerlandeses venceram, porém, foi nesse mesmo período que se iniciou o aprimoramento do estilo de ataque denominado “guerra brasílica”, que era constituída pelo elemento surpresa que o ataque possuía e a iniciativa individual (HOLANDA, 1997).

Possuindo o propósito de ser uma operação contra o Brasil Holandês, o movimento restaurador de 1645 pretendia que a expulsão se desse em ligeiros tempos, porém o conflito se estendeu por nove anos. Sendo apoiado pelo antigo exército de resistência, conseguiram ocupar, primeiramente, o Cabo de Santo Agostinho a fim de manter comunicações com Portugal. A conquista mostrou-se estratégica, pois a partir do Cabo o movimento restaurado buscavam invadir Recife e outras guarnições litorâneas (MELLO, 2021).

Como Evaldo Cabral de Mello pontuou, em sua obra “*Olinda restaurada*”, a realidade radical da ocupação holandesa no Nordeste e sua continuidade foi de conflito e não de paz. Das quase duas décadas e meia de domínio estrangeiro, dezesseis anos foram de guerra. A relativa paz que foi alcançada em 1637 com a chegada de Nassau a trégua lusa neerlandesa em 1641, era bastante parca e constantemente afetada pelas excursões que vinham da Bahia, as quais incendiavam canaviais e engenhos e saqueavam os habitantes, além da tentativa frustrada do conde da Torre de reconquistar a região em 1640 (MELLO, 2021).

Também deve ser levado em conta o constante choque cultural que sempre esteve presente entre os protestantes do norte da Europa e católicos portugueses. Segundo Kleber Clementino, os constantes ataques levaram, a partir de 1634, as elites pernambucanas e paraibanas a fugir em direção a Bahia, Rio de Janeiro ou à Europa, deixando grande parte dos engenhos, os quais seriam leiloados durante o período nassoviano (1637-1645) a preços que favoreceram sua compra (CLEMENTINO, 2016)

Militar e senhor de engenho nascido na Ilha da Madeira, tanto a vida, como sua morte são cercadas de informações imprecisas, mesmo com abundante

quantidade de documentos pessoais, oficiais e biografias laudatórias. É notório o silêncio de Vieira acerca dos seus pais e seus biógrafos também perpetuam essa obscuridade de sua ascendência. O que pôde ser inferido a partir da documentação oficial é que seu pai se chamava Francisco Ornella Muniz, mas não há nenhuma certeza com relação a sua mãe. Entretanto, não é sabido quais foram as razões que levaram Vieira a mudar de nome, pois em nenhum documento há a constatação que Francisco Muniz teve algum filho chamado João Fernandes Vieira, logo, supõe-se que houve essa mudança de nome em algum momento, além de serem desconhecidas também as circunstâncias que acarretaram sua saída da Ilha da Madeira e vinda para o Brasil (GONSALVES DE MELLO, 2000).

Ao chegar Brasil serviu a João Peres Correya e, logo após, ao marchante Affonço Rodrigues Serrão de quem ele afirma ter herdado várias terras, foros de casas e olarias, contudo ainda são obscuras as razões do porquê ter herdado todas essas possessões da família Serrão. Já no contexto da invasão holandesa Vieira possuía uma situação econômica mediana. Apresentou-se como voluntário para o serviço da guerra, logo nos primeiros dias que sucederam a invasão, atuando na defesa do Forte de São Jorge. O início de sua ascensão social e econômica veio em sua aproximação com o senhor de engenho e capitão Jacob Stachouwer. Através desse contato Vieira estabeleceu relações próximas com os invasores holandeses, as quais lhe possibilitaram chegar ao primeiro plano da comunidade luso-brasileira de Pernambuco. De início, João Fernandes Vieira manteve apenas relações com Stachouwer, entretanto, aos poucos, granjeou cada vez mais confiança com holandeses. Assim, o que antes era uma prestação particular de serviços, logo transmutou-se em uma postura colaboracionista com os invasores (GONSALVES DE MELLO, 2000)

Em 1637, o Conde Maurício de Nassau havia assinado um documento oficial, no qual tornava inadiável a facilitação de crédito para os novos senhores de engenho reconstruírem as propriedades abandonadas e destruídas, e adquirissem escravos. Stachouwer nesse mesmo ano decidiu abandonar seu cargo de conselheiro político para dedicar-se ao engenho que adquiriu, no caso o Engenho do Meio. João Fernandes Vieira teria iniciado suas relações com Stachouwer como empregado para posteriormente ter se tornado sócio e procurador. No ano seguinte, o proprietário

regressou para Holanda, e coube a Vieira a administração da propriedade (GONSALVES DE MELLO, 2000)

Já em 1639, João Fernandes Vieira fazia parte do primeiro plano da comunidade portuguesa de Pernambuco. Sua atitude era voltada para os negócios. Não se empenhava em contrair inimizades, muito pelo contrário, ambicionava construir relações de confiança com os altos conselheiros holandeses a fim de expandir seus negócios, mediante prestação de serviço aos invasores. Foi intermediário na compra de açúcar da Companhia das Índias Ocidentais, contratou a captura de escravos dos emigrados de Pernambuco, além de beneficiar-se com suas relações com os Governadores da Capitania. Entretanto, ao passo que expandia suas posses e proeminência social, aumentavam suas dívidas (GONSALVES DE MELLO, 2000)

No ano de 1641, o Conde Maurício de Nassau e o Alto Conselho foram solicitados pela Companhia das Índias Ocidentais a realizarem as cobranças dos créditos que foram concedidos na compra e reconstrução dos engenhos. Tal medida afetou diretamente os lavradores e senhores de engenho que se beneficiaram da oneração. Alegaram que justamente naquele ano havia sido colhida uma das piores safras, sem contar a epidemia de bexiga que assolava os escravos. Enquanto isso, as relações estreitas entre Vieira e os flamengos continuaram, os servindo e os aconselhando nas questões da Companhia (GONSALVES DE MELLO, 2000).

Ainda faltavam alguns estágios para que fosse concretizada a ascensão social de João Fernandes Vieira na classe “nobre” de Pernambuco, pois devido às origens de seu nascimento sua assimilação a esse grupo não seria plena. Para angariar tal prestígio casou-se com Maria César Filho em 1643, filha do madeirense Francisco Berenguer de Andrada. A partir daí, da sua filiação com os Berenguer de Andrada e os Albuquerque sua posição econômica foi legitimada pela sua relação com a classe nobre, e para além da filiação, o apoio e aliança com esse grupo. É válido pontuar, entretanto, que Vieira não se distanciou, logo de início, de sua postura colaboracionista para com os holandeses, ao mesmo tempo em que se ligava mais intimamente com a classe nobiliárquica de franca oposição aos invasores (GONSALVES DE MELLO, 2000)

Fazendo parte do principal núcleo de reação aos invasores holandeses desde 1641, comandado pelos lavradores e senhores de engenho de Pernambuco, do qual já era atuante seu sogro, João Fernandes Vieira, com sua postura de liberalidade no que se referia aos assuntos eclesiásticos, além de sua constante participação na vida social comunitária e ingresso na elite açucareira para Gonsalves de Mello, o fez chefe da insurreição pernambucana, dependendo da sua pessoa o fracasso ou a vitória (GONSALVES DE MELLO, 2000)

Os batavos não haviam se apoderado das possessões ultramarinas portuguesas no Brasil com a intenção de colonizar o território, o interesse mercantil era proeminente sobre qualquer desejo de estabelecerem-se famílias para fundar uma sociedade. O lucro gerado pela comercialização do açúcar e sua distribuição atraíram o interesse da Companhia das Índias Ocidentais. Seu objetivo visava a tomada do comércio e não do encadeamento econômico a partir da produção. Entretanto, logo que atacaram Pernambuco, esperando lucros imediatos, mesmo a elite local se deixando subjugar pelos invasores e realizando bons negócios com eles, a partir de 1645 conflitos de interesses azedaram essa relação. Torna-se válido também pontuar que para Holanda (1997) mais alguns fatores confluíram para a decisão das elites regionais de se levantarem contra o inimigo neerlandês – a independência de Portugal de 1640, o ataque holandês ao Maranhão, Angola e São Tomé, o aprisionamento de um barco lusitano em 1643, o regresso de Nassau em 1644, levante dos indígenas contra os holandeses no Ceará, e o apoio inicial da Coroa para o levante. Desse choque derivam as causas geradoras da Insurreição Pernambucana (1645-1654), as quais englobam os âmbitos culturais e econômicos, além da constante realidade de lutas e abusos (GONSALVES DE MELLO, 2000).

Possuindo o propósito de ser uma operação contra o Brasil Holandês, o movimento restaurador de 1645 pretendia que a expulsão se desse em ligeiros tempos, porém o conflito se estendeu por nove anos. Sendo apoiado pelo antigo exército de resistência, conseguiram ocupar, primeiramente, o Cabo de Santo Agostinho a fim de manter comunicações com Portugal. A conquista mostrou-se estratégica, pois a partir do Cabo o movimento restaurado buscavam invadir Recife e outras guarnições litorâneas (GONSALVES DE MELLO, 2021).

De início, os líderes do movimento restaurador elaboraram um plano a fim de atacar as lideranças neerlandesas de surpresa, mediante uma festa, na qual seriam supostamente convidados, mas tal empreitada foi delatada e logo se viram obrigados recorrer a batalha. No dia 3 de agosto de 1645, ocorreu a Batalha das Tabocas, no qual o exército insurreto liderado por Antônio Dias Cardoso derrotou as tropas dos invasores. Enquanto estes foram obrigados a recuar para o litoral, uma parte das tropas do movimento restaurador partiram da Bahia para a capitania de Pernambuco, conseguindo invadir o sul da capitania e derrotando o exército neerlandês na Batalha de Casa forte em 17 de agosto de 1645. Entretanto, após esses avanços a guerra permaneceu em um marasmo que perdurou por anos, no qual os holandeses não eram expulsos, porém não tinham poderio suficiente para atacar e vencer as infantarias dos insurretos, enquanto estes tinham um parco apoio da Coroa portuguesa (HOLANDA, 1997).

Calado em sua narrativa, na parte intitulada como, *Manifesto do Direito com que os moradores da Província de Pernambuco se levantaram da sujeição em que, por força de armas, os tinha a sociedade de alguns mercadores das Províncias de Holanda*, afirma que a eleição de João Fernandes Vieira a “Governador da liberdade” se deu mediante as tiranias cometidas pelos holandeses, os quais segundo ele, ameaçavam seus “pescoços, honras, e fazendas”. Os fatores que influíram na insurreição contra os holandeses que dominavam o território explicam também as causas que levaram Vieira a liderar o movimento e alçar sua figura após o conflito. Ele já havia colaborado na Guerra de Resistência (1630-1637), possuía vultosas dívidas com relação à Companhia das Índias Ocidentais, sendo católico, não via de forma amistosa a presença de calvinistas e judeus (GONSALVES DE MELLO, 2000)

CAPÍTULO DOIS: DA OBRA O VALEROSO LUCIDENO E TRIUMPHO DA LIBERDADE E SEU CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE ESCRITA DA HISTÓRIA

A presença holandesa no Nordeste, como afirmado acima, sempre foi de conflito, desde a ocupação de Salvador em 1624 até sua expulsão em 1654. Entretanto, para além dos conflitos bélicos, nota-se um conflito de narrativas. De momentos de certa estabilidade a guerras propriamente ditas, esse período possui uma gama de relatos, os quais descrevem os ocorridos por diferentes lentes de interpretações, além possuir funções sociais e políticas distintas. Para Clementino (2014), tratando-se das narrativas portuguesas seiscentistas sobre o período, essas obras muito mais que apenas registrar a memórias daqueles conflitos para a futuras gerações, possuíam fitos políticos de natureza imediata mediante o contexto de produção. A descrição dos eventos heroiciza em detrimento de outros, passagens são selecionadas e a escrita da guerra é executada sob perspectivas claras para benefício de certas personalidades e grupos políticos. Esse tipo de narrativa, escrita como arma política, não dista da produção historiográfica do período, na qual a história contada tem o fito de erigir e criar memória a partir de eventos proeminentes (CLEMENTINO, 2014)

Mediadas por fatores políticos, a guerra e a historiografia sempre andaram lado a lado, entretanto dois fatores corroboraram para a ampliação, tanto da relação de ambos como sua função mediante contextos históricos específicos - a impressão dos tipos móveis XV e o Estado Renascentista. Em seu artigo *Mina secreta, aríete forçoso: o livro na historicização da Guerra Holandesa (1625-1660)* ao tratar desses dois contextos que influíram na escrita da história a partir da guerra no Seiscentos, Clementino (2020) disserta que, no primeiro caso, a impressão dos tipos móveis possibilitou que a escrita possísse uma amplitude muito maior que outrora. Tratando-se mais especificamente sobre a impressão dos tipos móveis, até 1450 um texto só poderia ser reproduzido se copiado à mão, mas com a invenção da prensa por Gutenberg a cultura escrita foi revolucionada (CHARTIER, 2002).

A quantidade monetária para fabrico do livro foi reduzida, mediante a distribuição das despesas pela totalidade de tiragem e o tempo de reprodução do texto é também reduzido, por conta do trabalho da oficina tipográfica. Gazetas, panfletos e livros agora teriam um alcance muito mais abrangente, o que possibilitou

que as narrativas tivessem um público muito maior. Já no segundo caso, do Estado Renascentista, a compreensão de escrever história está intrínseca aos desígnios serviço da Coroa e das nobrezas, tanto laicas, quanto religiosas, pois além de serem feitas por esses grupos, nenhum tipo de narrativa histórica era legítimo, se não fosse escrita por membros da nobreza. Logo, nota-se que a historiografia tinha uma função política específica, atendendo demandas dessa parcela nobre da população. A Guerra Holandesa, entretanto, embora dê continuidade a essa lógica de escrita da história, traz um novo elemento, ou melhor, um novo grupo político com seus interesses imediatos para a historiografia seiscentista, no caso, essas elites ultramarinas que estavam ascendendo socialmente, mediante a ocupação holandesa. Ainda nesse artigo Clementino pontua que os desígnios dessa nova classe açucarocrata não tinham o objetivo de reverter essa lógica, mas se integram a esse uso da história para fins socioeconômicos (CLEMENTINO, 2016)

Assim, houve uma passagem de uma literatura produzida no Brasil que se restringia apenas a descrição do território e catequização para uma que dialogava com os interesses da elite açucareira de ser representada a partir das narrativas históricas. Através desses escritos, a açucarocracia, que outrora, por não possuir os requisitos nobiliárquicos não tinha a seu favor narrativas para construção de memórias para posteridade, esse grupo patrocinou a seu favor representações em narrativas históricas. Entretanto, essa elite composta por indivíduos de etnias subalternas dentro do antigo sistema colonial, por meio desses foram escritos embranquecidos, representados como heróis cristãos e homens virtuosos (CLEMENTINO, 2022)

Publicado pela primeira vez no ano de 1648, por Paulo Craesbeeck, impressor e livreiro das três Ordens Militares e licenciado, inicialmente, pela Santa Inquisição, “*O Valeroso Lucideno e o Trhiumpho da liberdade*”, de autoria do Frei Manuel Calado foi apresentado e comercializado em Portugal, com o fito de conquistar a mercê do Rei e seus Ministros para como os insurretos de Pernambuco, os quais estavam sendo deixados de lado por Portugal, por conta de uma trégua com o próprio adversário que combatiam (GONSALVES DE MELLO, 1954). Dedicada ao príncipe D. Theodósio, a obra por atender a uma série de necessidades específicas emergenciais decorrentes do conflito não abarca a Guerra de Restauração em sua completude.

Sua impressão foi determinada em 22 de novembro de 1647, para ser publicado em 22 de junho do ano posterior com o valor de 450 réis. A escrita de Calado encerra-se no ano de 1646, e a publicação de sua narrativa coincide com a batalha dos Guararapes. Tratada sob diferentes perspectivas ao desde o século XVII ao XIX, a obra foi vista, desde uma narrativa sagrada acerca do conflito com os holandeses, até como uma obra que, por sua parcialidade, não possuía valor documental. O intuito da obra não é ser uma História. O frei sempre propôs a narrativa como um tratado, utilizando o termo “histórias” apenas para se referir a encadeamentos de eventos *O Valeroso Lucideno e o triumpho da liberdade* é antes de tudo um tratado sobre uma história. Para Benjamin (1928) os tratados, embora possam ter elementos didáticos, são mais voltados para a educação que ensinamento, possuindo como método a representação.

Calado denomina a obra como “tratado”, embora utilize a expressão “histórias”. O uso desse termo, não se refere a História como concebemos nos dias atuais, mas a casos particulares ou eventos que ocorreram durante um período de tempo (CLEMENTINO 2022). Seu valor como fonte histórica, tem sido contestado ao longo dos séculos, apresentado, por vezes como uma obra sagrada para os estudiosos do período, ou uma obra com pouco valor documental. Para Varnhagen e Wtattjen a escrita de Calado carece de cuidados eruditos no trato das informações (GONSALVES DE MELLO, 1954). Para Clementino (2022), a narrativa de Calado pode ser qualificada como um tratado sobre um história, mesmo possuindo um escrita com dignidade histórica, o objetivo do autor não foi escrever uma história em si. Gonsalves de Mello (1954) pontua que a narrativa de *O Valeroso Lucideno*, mesmo sendo fidedigna historicamente, não pode ser definida com história, mas um testemunho para história.

João Fernandes Vieira, sendo um dos nomes mais proeminentes da Guerra de restauração, existindo biografias, cartas pessoais e documentos acerca de seus feitos e ações, ainda é uma figura cercada de controvérsias, a começar pela obscuridade que se tem acerca de muitos episódios de sua vida. Entretanto, o próprio mostrou-se hábil em construir uma figura de si, ao ser representado como um herói, tanto perante a Coroa portuguesa, quanto para a elite que estava ascendendo com o domínio holandês, por meio de obras que foram supostamente encomendadas por ele, tais quais além de *O Valeroso Lucideno* (1646), de Calado, *O Castrioto Lusitano* (1679),

do frei Raphael de Jesus e *História da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago.

Não sendo nobre de berço, era antes advindo da Ilha de Madeira, filho de pai português e de mãe provavelmente negra. Possuindo numerosos desafetos, as acusações que havia sobre sua pessoa haviam alcançado aos ouvidos da Coroa, como no caso da Denúncia do Capelão que reunia uma série de denúncias contra Vieira acerca de subornos, tirania, roubos de escravos e assassinatos. Denúncias de abusos também se somaram a essas acusações contra a pessoa de João Fernandes Vieira. Como uma reação aos ataques, o senhor de engenho recorreu ao frei Manuel Calado de Salvador, que provavelmente já estava compondo um registro acerca da ocupação holandesa do Nordeste a fim de fazer uma panegirico de si (CLEMENTINO, 2016).

Calado também estava buscando construir uma imagem de si, pois havia desobedecido às ordens do bispo do Brasil e, através da narrativa da ocupação holandesa, tentava heroicizar-se. Visando a legitimação e abafamento de notícias contrárias às efígies que ambicionavam construir de si, foram em buscar de espalhar narrativas heroicas. Um dos reflexos dessas duas personalidades buscando a redenção social é que ambos dividem holofotes na obra. Os dois são descritos como homens virtuosos e com atitudes pragmaticamente cristãs. Calado desenhou João Fernandes Vieira sob contornos bastante inverossímeis, seus feitos colocados em pedestais e os seus inimigos políticos retratados como seres atrozes e imorais.

O frei pertencia a Ordem de São Paulo da Congregação do Eremitas da Serra Ossa que se configurava como o maior convento religioso em Vila Viçosa, terra natal de Calado. É provável que essa ordem tenha tido sua origem de comunidades de eremíticas e se sujeitado as regras agostinianas por volta de 1308, e já em 1328, reconhecidas como Ordem, as comunidades eremíticas foram, por meio do papa João XXII, como Ordem de São Paulo, Primeiro Eremita (BRITO, 2012).

Nascido em Vila Viçosa, Frei Manuel Calado estudou lógica e filosofia e se formou em Bacharel, Licenciado e Mestre em Artes na Universidade de Évora. Ao que tudo indica, ele residiu primeiramente na Bahia, e preso em Salvador durante o período das invasões neerlandesas no território, sendo sentenciado preso e sentenciado a morte pelos invasores. Já em 1635, era senhor de 25 escravos em

Porto Calvo e é nesse período que o mesmo tem os primeiros contatos com os neerlandeses (GONSALVES DE MELLO, 1954). Nesse mesmo ano, foi o líder de um grupo de guerrilheiros que se deslocaram para a frente militar em Alagoas. Posteriormente, tornou-se bastante próximo do Conde Maurício de Nassau e foi incentivado por ele a morar no Recife. Porém, vale pontuar que durante a escrita de *O Valeroso Lucideno*, Calado, principalmente no início, se insere como protagonista. O frei a partir da narrativa também ambicionava uma imagem heroica para si, devido sua conduta ao desobedecer às ordens do bispo do Brasil.

O valor, tanto histórico, como literário de *O Valeroso Lucideno* foi posto à prova, principalmente no século XIX, quando Varnhagen e Watjen pontuaram a falta de cuidados eruditos, com relação as informações. Gonsalves de Mello, considera a obra de Calado não como história, mas como a contribuição de um contemporâneo que participou do conflito. Logo, deve ser apreciada como crônica e não como uma história do conflito. Tal característica não desqualifica o Lucideno para o autor, esperar a imparcialidade não deve ser a primeira concepção para um historiador ler a obra, mas a torna uma importante fonte histórica para ser estudada, criticada e confrontada. Muito mais que um depoimento de um contemporâneo, entretanto, a obra de Calado, assim como outras produzidas mais ou menos no mesmo período, reflete os desejos de um grupo político de se fazer representado, mediante perspectivas de legitimação social e política. As outras obras se basearam diretamente ou indiretamente no Lucideno, enquanto a crônica de Diogo Lopes Santiago teve seu texto baseado na narrativa de Calado, o Castrioto de frei Raphael de Jesus possui, em sua maior parte baseou-se na narrativa de Santiago (GONSALVES DE MELLO, 1954)

A escrita de Calado é munida de artifícios literários e teológicos em função de enaltecer a sua figura, mas principalmente a de Vieira, que leva o nome de Lucideno que está no título. O senhor de engenho e militar é delineado na descrição dos eventos sob contornos de heroísmo e altruísmo, as elegias que recebe sob a pena do frei reforçam poeticamente a construção desse homem que, para Calado, teve uma função imprescindível na liderança do movimento restaurador para a expulsão dos hereges holandeses. Mesmo sendo direcionado para a Coroa e seus ministros, o Valeroso Lucideno, essa obra foi uma das fontes mais proeminentes acerca do conflito. Segundo Cabral de Mello (2021), essas obras contribuíram para fundamentar

as bases do nativismo nobiliárquico açucocrata entre a segunda metade do século XVII e os meados do XIX. O Valeroso Lucideno alcançou proeminência nos debates nativistas no século XIX, mas mesmo anteriormente influenciou, nas outras obras que retratam o período histórico em questão.

O protagonismo da escrita de Calado é dado João Fernandes Vieira, embora não apareça nas primeiras páginas, Vieira é o agente da vontade da Providência para libertação do povo da capitania. Sendo o representante da elite regional, o senhor de engenho é descrito como um guerreiro virtuoso e único capaz de trazer a liberdade para os pernambucanos. Mesmo com a existência de biografias, documentos oficiais e cartas pessoais, Vieira é uma figura que gerou muitas controvérsias. Ainda durante a Insurreição, foi alvo de ataques, como a *Denúncia do Capelão*, onde é acusado de subornos, tirania, roubo de escravos e assassinatos. Por conta dessas denúncias, o senhor de engenho, usou a narrativa como forma de contra-ataque, através da heroicização de seus feitos. Não há documento que comprove tal fato, mas é provável que Vieira entrou em contato com Calado para que ele escrevesse uma narrativa do conflito (CLEMENTINO, 2020).

O *Lucideno*, assim como outras obras dos Seiscentos, possuía um fito político imediato. Seu caráter emergencial é denotado mediante sua narrativa encerrar-se, de maneira abrupta, sem contemplar a Guerra de Restauração como um todo e encaminhado para Portugal antes mesmo do fim do conflito. O propósito de publicação da obra era o de obter o favor do Rei e seus Ministros para com os insurretos, sendo dedicada a D. Theodósio (GONSALVES DE MELLO, 1954). A escrita de Calado se preocupa em esclarecer a Portugal, que de início apoiou a Insurreição, embora posteriormente relutava em manter essa posição de apoio, os motivos que levaram ao levante contra os invasores neerlandeses (MELLO, 2021).

Sylvia Britto (2010) afirma que frei Manuel Calado é um autor barroco, pois além de em sua narrativa ser perceptível as doutrinas e teorias basilares para o Antigo Regime, ele executa sua escrita com as características inerentes a esse movimento, tais quais o decoro, grandiloquência. Sendo um desdobramento da modernidade, a cultura barroca, não se limitava apenas ao discurso católico, mas era uma nova forma de conceber o mundo a partir de novos valores e ideias relacionadas ao âmbito do espiritual e do âmbito humanístico (BRITO, 2012).

O frei através de sua escrita exalta a figura de João Fernandes Vieira e retrata as ações do militar e senhor de engenho. Durante a narrativa construída por Calado, Vieira é descrito como um herói valente a frente do exército dos insurretos, os inspirando a ter coragem para enfrentar o invasor herege. O *Valeroso Lucideno e o Triumpho da liberdade* é um dos livros mais emblemáticos do Seiscentos, não apenas por sua opulência na escrita, mas por representar os interesses de uma classe emergente no Nordeste açucareiro que também ansiava narrar os acontecimentos históricos ao seu favor. Se antes o monopólio para a escrita da história pertencia a Coroa e a nobreza, a partir da obra de Calado, grupos que não teriam voz para contar a história, como a açucarocracia pernambucana, passaram a patrocinar obras que relatavam acontecimentos históricos mediante suas perspectivas e interesses. O *Lucideno* se apropria dos artifícios retóricos e literários do Seiscentos, porém rompe o monopólio do discurso histórico, dando protagonismo a indivíduos que não possuíam origem nobre, inclusive heroicizando indígenas e negros, embora Calado os tenha embranquecido em sua narrativa. Entretanto, o propósito não era revolucionar o modo de como se escrevia a história, mas integrar esse grupo as práticas de escrita de acontecimentos históricos dominantes no Seiscentos (CLEMENTINO, 2020).

Frei Manuel Calado ao narrar os eventos associados ao princípio das invasões neerlandesas no Nordeste açucareiro, bem como o posterior levante contra essa dominação através de uma ótica teológica, na qual Deus é o agente da história e, o decorrer dos fatos, um desdobramento dos seus desígnios para o povo. A obra é permeada por discursos teológicos que interpretam e justificam os acontecimentos associados ao domínio holandês, em que a partir de paralelos com passagens do Antigo Testamento, estabelecendo equiparações entre Olinda e Israel, o autor descreve as ações divinas a partir da história sob o binômio da Punição e Salvação. Tais características advém do Providencialismo, filosofia da história que compreende os acontecimentos históricos através da vontade divina.

Para Brito (2011) a obra de Calado é permeada por um forte caráter providencialista, o qual possui raízes na Idade Média e é característica marcante nas obras de Santo Agostinho. Segundo esse pensamento, a partir do Pecado se estabelece o juízo divino para punir os excessos e pecados morais. As vitórias e

derrotas ocorriam mediante o plano divino, sendo a vitória um sinal da benção de Deus e a perda, o castigo. Para a autora, na história de cunho providencialista:

(...)os projetos realizados pela ação do homem se cumprem não porque o homem os concebeu, mas porque a Providência Divina assim o quis. Deus era uma “entidade” muito próxima aos homens daquela sociedade. Ele era o responsável pelas vitórias e derrotas; conforme sua vontade, povos seriam agraciados com prêmios ou condenados a castigos (BRITO, 2011, p. 5)

Entretanto, é válido pontuar que a interferência da Providência nos eventos históricos não teve sua origem no pensamento agostiniano. As raízes dessa concepção remontam a cultura greco-romana e a constante interferência dos deuses nos acontecimentos individuais e coletivos. Um dos primeiros autores a versar sobre o conceito do agir divino e o propósito dele ao interferir nas vidas humanas foi Sêneca em sua obra *Sobre a Providência Divina*. Nela o autor, apologeticamente, busca defender a ideia do agir divino no aperfeiçoamento de virtudes a partir das dificuldades vivenciadas. Primeiramente, ele afirma o saber indubitável do governo da Providência sobre o universo, para posteriormente comprovar a partir de exemplos, como a permissão de dificuldades mediante a Fortuna pode modificar o Homem de seus vícios.

“No entanto, por que Deus permite que o mal aconteça aos homens bons?”. Ele não permite: Ele traça todos os males, como crimes e maldades escandalosas, pensamentos ousados, estratégias de ganância, luxúrias cegas e avareza que cobiça os bens do seu próximo. Ele os protege e salva. Alguém além disso quer exigir que Deus cuide também da bagagem dos homens bons? Porque, eles mesmos dispensam o cuidado de Deus por isso: desdenhando os acessórios externos (SÊNECA, 2020, p. 46)

Indo de encontro a essa concepção da Antiguidade Tardia, na Idade Média a interferência divina nos eventos históricos passou a ser interpretada por vieses teológicos e moralizantes. O devir humano passou a ser tido como linear e finalista, sendo representado pela marcha dos cristãos rumo a beatitude. Nesse sentido, é inaugurado um novo tempo e uma nova consciência histórica, a qual é progressiva e está intrinsecamente relacionada com o plano divino. Assim, é dado um sentido teológico a ordem dos acontecimentos pelo prisma da ação da Providência para Salvação (BOURDÉ; MARTIN, 1983).

Santo Agostinho, em sua obra *Cidade de Deus* elabora uma nova forma de se conceber o tempo histórico e seu curso. A partir dele a história passou a ser interpretada mediante a ação da Divina Providência. Nessa lógica, após o Homem cair no Éden inaugura-se um novo tempo, no qual Deus age através da história a fim

de redimir a humanidade. Um exemplo dessa história de cunho providencialista são as guerras. Estas seriam uma das formas de Deus punir a maldade dos homens. A ação divina através dos acontecimentos ocorre para o castigo dos ímpios e preservação dos justos. A Providência é, portanto, concomitante a Graça, pois seu fito é a salvação do Homem Caído através da ação divina na história. A teologia da história instituída pelo pensamento agostiniano, influenciada pela historiografia clássica, reinterpretou o tempo e os eventos históricos a da linearidade do tempo cristão (NETO; SOUZA, 2011).

A patrística, além de dar um sentido para história, no caso um sentido teológico, a sacralizou ao representar o devir como um plano uno e universal divino para a Salvação (ARIÈS, 1986). Nessa filosofia da história, Deus está presente nos acontecimentos que assolam seu povo e é responsável, tanto pela aflição, quanto pelas conquistas. O divino é uma presença constante e se relaciona com os homens e suas ações.

Para Muraro (1999) a historiografia lusitana possui como uma de suas bases o cunho profético e providencialista. Essa concepção de história, para o autor, advém da concepção medieval de História, na qual os eventos seguem um plano prévio da Providência, sendo os processos históricos não dependentes de forma exclusiva da vontade humana. Essa vertente foi disseminada principalmente pelas elites dirigentes a fim de se legitimarem a partir da justificativa do plano divino. Essas características estão presentes nas narrativas veirenses, ao conceberem a invasão da Capitania de Pernambuco como resultado dos pecados dos moradores e a Restauração descrita como uma obra divina para salvação do povo católico contra a opressão dos hereges. Assim, os acontecimentos relacionados ao período de ocupação são interpretados a luz da intervenção divina para punir ou salvar.

Tratando-se da narrativa do Lucideno em si, Calado inicia sua narrativa fornecendo uma explicação teológica para a invasão holandesa na capitania de Pernambuco. O frei estabelece um paralelo com o Antigo Testamento, comparando os castigos divinos contra o povo israelita, por conta de seus pecados, com a presença do inimigo herege como uma consequência dos excessos do povo.

As primeiras linhas da obra não são acerca da capitania ou da ação dos neerlandeses, mas a narração de um episódio bíblico, no qual Josué, sucessor do

patriarca Moisés, após ter sido bem-sucedido na invasão de Jericó, fracassa e é derrotado pela cidade de Ai, por Israel ter pecado, mas necessariamente de Acã, por ter tomados para si artefatos babilônicos. *Peccavi Israel* (Pecou Israel) é a sentença para a vergonha militar do povo hebreu na Bíblia e para Calado, após páginas de exposição sobre o pecado, essa também foi a falta encontrada no povo pernambucano, o que justifica a invasão. Silvia Brito em sua dissertação intitulada *Dialética do castigo: histórias de um frade no Brasil holandês* aborda justamente o enredo providencialista que compõe a narrativa da obra de Calado. Nessa concepção de história, Deus age por meio dos eventos históricos e no caso da capitania, o autor do panegírico afirma:

Entrou nella o pecado, forãose os moradores dela, entre a muita abundancia, esquecendi de Deos; & derão entrada aos vícios, & sucedelhes o que aos que viverão no tempo de Noe, que os afogaraõ as agoas do universal diluvio, & como a Sodoma, & Gomorra, & às mais cidades circuvisinhas, que fotão abrasadas com fogo do ceo. (CALADO, 1648, p. 9)

Calado a fim de explicar o porquê de as invasões terem atingido a capitania e mais especificamente destruído a cidade de Olinda, lista a série de pecados cometidos pelos moradores da localidade. A abundância material é descrita como característica fundamental do período de imediatamente anterior a invasão neerlandesa. O “terreal paraíso” que Calado demonstra era composto de residências opulentas e fastas quantidades de ouro e prata:

Era aquella republica antes da chegada dos Olandeses a mais deliciosa, propera, abundante, & não sei some adiantarei muito se dicer a mais rica de quãtas ultramarinas o Reyno de Portugal tem debaixo de sua coroa & ceptro. O ouro & prata era sem numero, &quase não se estimava: o assucar tanto que não havia embarcações para o carregar (...). O fausto aparato das casas era excessivo (...). As mulheres andavam tão louçãs, & tão custosas (...). Tudo eraõ delicias, &não parecia esta terra senão hum retrato do terreal paraíso (CALADO, 1648, p. 8)

Posteriormente as descrições da prosperidade econômica da cidade Olinda, o autor opta por expor em paralelo os pecados que segundo ele abundavam entre os habitantes. Para Calado, o dinheiro que era excessivo levou a prática de usuras, roubos, atitudes publicas ilícitas e as infidelidades comerciais eram uma constante nas práticas sociais entre os moradores. O autor relata que “as ladroices, & roubos (...) as brigas e ferimentos, & mortes erão de cada dia; os esturpros, & adultérios era moeda corrente (CALADO, 1648, p. 9). Entretanto, vale pontuar que entre os pecados denunciados pelo frei está a aderência de alguns ao judaísmo e como esse processo foi legitimado após a presença neerlandesa na região, como demonstra o trecho a

seguir: “Os Cristhãos novos seguíão a ley de Moyses, & judaizavão muitos deles, como bem mostrarão despois que o Olandes entrou na terra, quem se circuncidarão publicamente, & se declararão por Judeos (CALADO, 1648, p.9).

Na narrativa de Calado, o pecado é catalisador é o catalisador das tragédias que sobrevém sobre o ser humano. Assim, os acontecimentos históricos que prejudicam a sociedade como um todo advém da punição mediante a série de faltas cometidas. Despertando a fúria divina, o mal sobrevém sobre os povos a fim de trazer o juízo. O autor demonstra tal pensamento ao citar as relações de Vitória e Castigo vivenciadas por Israel no Antigo Testamento, em uma delas ele reconta acerca do pecado de Saul. Estando Israel usufruindo da promessa da Terra Prometida, o Rei desobedeceu uma estrita ordem divina trazendo maldição ao seu reinado por conta do seu pecado. O profeta Samuel declara as seguintes palavras contra o reinado de Saul:

Necia, & loucamente o tens feito; senão pecaras Deos perpetuaira teu Reyno, ára todo sempre, porem já agora cedo chora por toda terra, & não se tornará a levanta. Porque com teu pecado tudo tens desbaratado, & posto e quebranto; & isto lhe disse segunda vez (CALADO, 1648, p. 4)

Em outro momento, o autor demonstra como Deus favorece aos justos a fim de justificar a empreitada dos senhores de engenho contra o domínio neerlandês. Para Calado, durante as batalhas e as guerras os justos são auxiliados pelo divino para poder vencer o inimigo, já sobre os maus sobrevém o juízo e para isso utiliza as passagens bíblicas do Êxodo e de Josué:

Isto se mostra claramente em Moyses, o qual sem armas, & so com hu bordão nas mãos de Pharaó, & de seus exércitos no mar roxo, aonde os afogou a todos seus soldados, guerreiros, carros, valerosos cavalleiros sem que deles ficasse com vida. Também em Josué, 6, n. o qual somente com o som de clamorosas trombetas deitou por terra os muros de jericó (CALADO, 1648, p. 301)

Vale pontuar, entretanto, que se a vitória neerlandesa sobre os moradores da capitania advém da punição pelas faltas cometidas, a Insurreição é um plano divino arquitetado pela Providência para salvação dos moradores sob o domínio dos hereges. Calado legitima o movimento restaurador e a expulsão dos neerlandeses como um projeto liderado por seres humanos, no caso principalmente por João Fernandes Vieira, mas divino por ser algo advindo da vontade do próprio Deus. Durante o processo da Insurreição, a narrativa evidencia episódios milagrosos e aparição de santos. Durante uma batalha, o autor conta a respeito da aparição da

Virgem Maria e um eremita que caminhavam entre o exército português distribuindo munições para combater o inimigo:

(...) virão andar entre os Portugueses huma molher muito hermosa, vestida de branco, & azul, com hum menino nos braços, & junto dela um velho venerando, em hábito de hermitão, os quaes davão armas, pólvora e ballas aos nossos soldados; & que era tanto o resplendor que a molher, & o menino tinhão, que os olhos se olhe ofuscavão. Bem se mostra que essa era a Virgem Maria Nossa Senhora, Mãe de Deos, que acudio a nos favorecer (CALADO, 1648, p. 205)

Outra intervenção de santos que é relatada se deu durante uma batalha, na qual os neerlandeses mediante um ataque realizado entre as matas haviam ferido vários portugueses. No contexto bélico que acontecia uma mulher andou entre os soldados com uma imagem de Cristo, enquanto outras clamaram pela intervenção de São Cosme e Damião, tal fato para Calado resultou na vitória do povo português nessa batalha:

(...) porem acudirão as molheres, & comdardos, & lanças lhe impedirão a entrada, & todas de mão comum chamarão por os Sanctos Cosmo, & Damiaõ, que as socorressem em tão estreita necessidade: caso milagroso! Que tanto que invocarão os Santos Martyres, derão os nossos trinta mancebos hua surriada ao inimigo (...) & se afastou para o mar deixando em terra muitas armas (CALADO, 1648, p. 344)

O frei demonstra a queda de Olinda a partir de um viés moralizante e o justifica como uma ação da Providência para levar a cabo a infidelidade dos moradores da capitania. Embora o Providencialismo tenha raízes na Antiguidade greco-romana, o viés utilizado por Calado em sua obra é essencialmente agostiniano. O pecado é catalisador da ruína, enquanto a Graça divina orienta para a salvação. Em *O Valeroso Lucideno*, invasão do inimigo herege é uma lição que enviado pelos céus por conta dos excessos, enquanto, posteriormente, João Fernandes Vieira é o agente enviado pela Providência para libertação.

CAPÍTULO TRÊS: A REPRESENTAÇÃO HERÓICA DE JOÃO FERNANDES VIEIRA PELA NARRATIVA DE FREI MANOEL CALADO

Para Roger Chartier (2002) nenhum texto, mesmo o mais documental e objetivo, tem uma relação transparente com a realidade. A relação do texto com o real é construída segundo modelos do discurso e delimitações intelectuais derivados de cada situação da escrita. O real, tanto no caso do texto literário ou documental, não é ou não é apenas a realidade visada pelo texto, mas a forma como ele a cria, mediante a historicidade de produção e intencionalidade de escrita. É por meio da ausência, daquilo que não é, que as representações são construídas:

Assim, a relação de representação é perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se torne o engodo pela verdade, que considera signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não é. Logo, a representação transforma-se em uma máquina de respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde falta o recurso à força bruta (CHARTIER, 1991, p.185)

Assim, por mais que no caso do Frei Manuel Calado, sua escrita tenha o intuito de descrever o contexto de invasão e posterior revolta contra o domínio holandês, nela é vislumbrar como o autor concebe os motivos, o desenrolar e a figura do próprio Vieira no conflito e como essa concepção está imbricada com as demandas que levaram o livro a ser escrito e publicado.

A representação é a categoria central da História Cultural, sendo o representar, conceitualmente, a presentificação do ausente, pois substitui ou está no lugar de algo ou alguém, não sendo necessariamente fidedigna ao que é representado, mas uma construção a partir do real (PESAVENTO, 2003). Mediante esse paradigma historiográfico poderá ser estudada a representação de João Fernandes Vieira a partir dos seus panegíricos como herói da fé católica a fim de compreender os interesses de nobilitação do próprio militar e senhor de engenho.

Acerca das representações, Chartier afirma que elas são sempre determinadas pelos interesses os grupos que as forjam. Logo, o discurso proferido está relacionado com a posição de quem o utiliza. Vale destacar que, nesse caso, o discurso nunca é neutro, mas atende as demandas de determinado grupo, seja para imposição, legitimação ou justificação. Assim, o João Fernandes Vieira que é representado na escrita da obra de Calado diz respeito aos próprios interesses da

publicação do livro, do Calado e do próprio Vieira, o primeiro em conflito com o bispo do Brasil e o segundo sendo alvo de denúncias acerca de suas atitudes ilícitas. Elas também podem ser definidas por duas vertentes, pela ausência ou pela presença, no primeiro caso a distinção radical daquilo que representa e o que é apresentado e, no segundo, a apresentação pública de algo ou alguém (CHARTIER, 2002).

Para Pesavento (2003), a partir da ausência, a substituição torna sensível uma presença. É a partir dela que as sociedades percebem a realidade e sua existência, dando sentido ao mundo social pela construção das representações. Sendo intrinsecamente ambígua, a correspondência não pode ser qualificada nem a partir da transparência, nem pelo viés mimético, logo, a representação não é nem a imagem, nem o reflexo, mas a construção. Sua influência advém do fito de reprodução da legitimidade social.

A primeira vez que João Fernandes Vieira é apresentado na obra é em oposição a figura de Gaspar Dias Ferreira. Este fora um português, que saindo aos dez anos da Ilha da Madeira, chegou ao Brasil e conseguiu ascender socialmente, mediante colaboração com os flamengos e por maneiras ilícitas para angariar lucro e propriedades. Em um de seus preâmbulos, antes narrar a empresa da Restauração, intitulado “*Declaramse algumas cousas concernentes a este assumpto da liberdade de Pernambuco*”, Calado opta em descrever as personalidades desses personagens em antítese, ambos descritos como próximos do Príncipe João Maurício. Entretanto, enquanto um é narrado como despido de virtudes, por sua vez, o outro é imbuído de atitudes que se assemelham à ética cristã, não apenas para com os moradores, mas o Reino de Portugal em si. Enquanto Gaspar Dias, na narrativa de Calado, é descrito como um homem que agia apenas em seu favor, inclusive sendo desleal e aproveitador para alcançar seus desígnios, o autor ao referir-se a João Fernandes Vieira conta que suas numerosas posses advinham de sua esperteza no trato dos negócios, dada pelo próprio Deus. No trato do uso de suas riquezas as diferenças se afunilam, pois, Vieira é descrito como um homem que não se deixou levar por elas, como o trecho abaixo demonstra:

“(...) & com esta prosperidade não se ensoberbeceo, antes se fez mais humilde, & tratável do que dantes era; & começou a despender sua fazenda com os pobres, casando orfãos, vestindo as viúvas, & donzelas, dandolhe faias, & mantos, & o necessário, por cuja falta deixavão de hir à Igreja a ouvir missa nos Domingos, & festas; acudindo por os que estavam presos por dívidas, pagando por huns, & ficando por fiador de outros, & não avia

necessitado que chegando a elle não viessem se remediado, & era tido, & avido por pai de padres” (CALADO, 1648, p. 58)

Tendo protagonismo na crônica tanto como Vieira, o Frei Manuel Calado também escreve sobre seus feitos e proezas em prol da causa dos insurretos. Porém, é válido chamar a atenção para a cena descrita pelo autor, em que ele se depara com feitos de Vieira e, mais uma vez, retoma a afirmação do favor divino sobre ele. Calado, antes de narrar os fatos selecionados para tratar da Restauração, já representa a figura de Vieira com heroísmo para salvação do povo pernambucano, como dos domínios do Império Português.

(...). Vendo o Padre Frey Manoel estas, logo assentou consigo que era cousa impossível não dar Deos satisfação ainda nesta vida a este homem, (...) E vendo o como o Estado de Parnambuco hia de cabeça baixo, poz em seu peito o acometer a heroica empresa da liberdade da pátria, & tirar de cativo aos moradores da terra, que tantas tyrannias, & agravos padecião em poder dos Olandeses, & poz por obram dandome matéria para o assumpto que tomei para este tratado. (CALADO, 1648, p. 60)

Nesse contexto, é válido pontuar que João Fernandes Vieira como um dos líderes do movimento restaurador estava sendo alvo de várias denúncias acerca de sua conduta, as quais chegaram aos ouvidos do Rei de Portugal. Uma das mais emblemáticas denúncias é uma carta destinada a Antônio Teles da Silva, então governador geral da Bahia, que possuía por data 5 de abril de 1646, mas sem assinatura. O “Capelão” que escreve a carta acusa Vieira de ter enganado o povo, se aclamando governador dominava mediante subornos e intimidações, colocando na Câmara de Olinda parentes e conhecidos seus. Além disso. É acusado de roubos, assassinatos e desonra de famílias (GONSALVES DE MELLO, 2000)

A representação de uma figura heroica do militar e senhor de engenho na empresa da restauração, e seu papel na defesa das possessões ultramarinas dos portugueses, reafirma público alvo que esse livro possuía e seu fito de convencer, no caso, a Coroa e os ministros a apoiarem os insurretos. Tais características podem ser vistas nesses trechos de uma das elegias dedicadas a Vieira:

Em quanto o animoso Lucideno/ Peito fagaz, valor, & empresas canto/
Repara do Brasil do interno espanto (...) Qua a alma vos abrasou, quanto
donzela obedecendo a Deos, ficastes logos/ Casa de eterno Sol, sendo hua
estrela/ De Lucideno (se escutais meu rogo/ (...))Os ramos de vossa arvore
presada/ Plantarei sem temor, em prado ameno/E serão defendidas com a
espada/ Do nobre, & valeorso Lucideno/ A quem deu vida a ilha da
Madeira/Das Occidentes Ilhas a primeira) (CALADO, 1648, p. 157)

Em uma das primeiras poesias que estão presentes dentro da narrativa da obra João Fernandes Vieira é representado como um homem que reparte seus bens com os pobres, ao mesmo tempo que com suas obras ele alcança o favor de Deus que progressivamente multiplica suas posses. Ou seja, mais uma vez dentro na obra as riquezas que ele possui são justificadas mediante o favor divino, primeiramente pela esperteza que lhe é concedida pelos céus, segundo como recompensa por suas boas obras.

(...) Nestes officios de acudir ao pobre,/ E reformar as santas confrarias,
Despndia seu ouro, prata, e cobre/ Lucideno entre gastos e alegrias/ Porem
Deos porque a paga lhe redobre. (CALADO, 1648, p. 159)

No geral, as poesias que Calado insere na narrativa, as quais ele designa para deleite do leitor são um resumo das narrativas expostas anteriormente, entretanto, os fatos são transcritos com mais floreios literários. São necessariamente nessas oitavas que João Fernandes Vieira é mais proeminentemente exaltado. Em uma das passagens da obra, após uma vitória alcançada no mês de julho de 1645, ao narrar mais uma vez o conflito agora mediante uma poesia, o autor estabelece um paralelo entre o primeiro nome do senhor de engenho e militar, com o nome do rei de Portugal, descrevendo que, mesmo sendo um capitão ao serviço da monarquia lusitana, possuindo o mesmo nome do monarca, honrava o nome “João” e possuía nobreza e valentia para defender o povo católico do inimigo neerlandês.

(...) Por tanto muito Rey Sacro João/ Ao povo Portugues pelo Ceo dado,
Aqui vos apresento hum Capitão,/ Que ilustra vosso nome, & vosso Estado;/
João no nome, E no valor leão,/ De ânimo liberal, de peito ousado,/ E assim
para lhe dar titulo honroso/ Lhe chamo, o Lucideno valeroso. (CALADO,
1648, p. 212)

O autor sempre oferece uma ênfase ao tratamento que Vieira dá a população. Sua atitude para com os que sofrem é sempre relatada e sua misericórdia para com o povo pernambucano uma característica que Calado delinea na representação do herói construído narrativamente. Calado narra que, após um conflito bélico, João Fernandes Vieira se apressa em socorrer os necessitados:

Convem agora que tratemos do fez o Governador João Fernandes Vieira
despois de alcançada a victoria, para que procedamos em tudo cõ clareza.
Tanto que João Fernandes Vieira se victorioso no campo, & o inimigo retirado
para a povoação de São Lourenço, tratou de dar remédio aos que mais
necessitados estavam dele (CALADO, 1648, p. 214)

Vale pontuar que o frei, reiteradas vezes em sua narrativa, descreve o inimigo sob contornos caricaturais de maledicência e desrespeito a fé cristã. Por mais que no

início da obra, o autor argumente teologicamente que a invasão dos holandeses a capitania de Pernambuco foi divinamente permitida por Deus para punir o povo de Olinda por conta de seus excessos, não demora muito para que, com exceção de João Maurício de Nassau, o qual deu abrigo a Frei Manuel Calado durante um período, os neerlandeses sejam repetidamente acusados pelo autor de roubos, furtos, assassinatos e estupros. Tais descrições aparecem com mais constância a partir de quando o movimento restaurador passa a ser narrado e justificado. Entretanto, das ações realizadas pelos neerlandeses contra o povo pernambucano, as que ganham mais destaque são a destruição dos templos católicos e imagens sacras. Uma das partes da obra em que isso fica mais explícito é um diálogo que supostamente teria ocorrido entre André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira e é descrito por Calado. O primeiro, junto com um terço de sua infantaria, em uma manhã encontra Vieira a fim de executar as ordens do Capitão Antônio Telles da Sylva de prender os responsáveis pelo levante. Para dissuadir os Mestres de Campo Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno a estarem do seu lado, o autor põe na boca do líder do movimento restaurador um discurso que discorre acerca das maldades dos neerlandeses, uma parte desse está transcrito abaixo:

(...) Para que nos ajudem a vingar aleivosias, desprezo dos templos sagrados, quebrantamento da lei divina, e humana, com que os pefidos Olandeses nos tem tratado, (...) & esta prisão lhes venho eu a fazer a vossas mercês da parte de Deos, & de sua santa Igreja Catholica Romana. (CALADO, 1648, p. 217)

Das aparições de santos, vale ressaltar, a mais emblemática da narrativa da Restauração, no caso, a visão ou sonho que João Fernandes Vieira teve com Santo Antônio. Partindo da Muribeca, o exército restaurador, segundo Calado, caminhou por difíceis caminhos até chegar ao rio Tejipió, quando descobriram, por informantes que o governador dos neerlandeses e seus homens estavam na casa forte de Dona Anna Paes. Continuando a marchar no meio da noite, encontraram o engenho de Dona Cosma Froes, onde os líderes do movimento restaurador e seus exércitos se recolheram e descansaram. O autor descreve que quando Vieira estava deitado numa esteira a descansar, teve um sonho, no qual Santo Antônio vinha até ele e o repreendia por não estar executando sua função de defender a fé católica e defender os pernambucanos. O Santo ordena que Vieira continue com sua empreitada contra o inimigo, pois teria seu favor.

Tanto que João Fernandes Vieira entregou os olhos ao sono, começou a sonhar, que Santo Antônio falava com elle, E o reprimia de descuidado, E pouco zeloso do serviço de Deos, E das necessidades, E aflições de seus próximos, E que lhe mandava que se levantasse cõ pressa, E fosse a buscar o inimigo, porque lhe daria seu favor. (CALADO, 1648, p. 218)

Frequentemente, Calado, quando descreve algum conflito bélico que está para acontecer entre os exércitos dos invasores e o de restauração representa Vieira como um capitão que motiva sua infantaria com discursos a fim de animar seus homens. Nesses discursos, João Fernandes Vieira relembra acerca das maldades cometidas pelos invasores contra o povo pernambucano e reitera a causa de defesa da fé católica, bem como os sacrifícios que os aderiram ao movimento restaurador tiveram de realizar em nome da reconquista do Nordeste açucareiro. Tal estratégia narrativa de sempre pôr o militar e senhor de engenho em destaque para preferir palavras de encorajamento, antes das batalhas iniciarem, além de reafirma o propósito do exército restaurador, colabora na construção da representação do Vieira como herói, tanto do povo pernambucano, quanto da Igreja Católica. Abaixo segue um dos exemplos de discursos realizados por Vieira:

Senhores irmãos, E amigos, bem experimentado temos todos á custa de nossas fazendas (...), e nossas vidas, as tyrantias, E crueldades, que estes pérfidos obreiros do inferno, (...) fazendo em pedaços as Santas Cruzes, E imagens dos Sanctos, (...) Aqui temos diãte dos nossos olhos, a causa he Deos (...) se somos Portugueses, nos prezamos de tão honrado, E esclarecido brazão, vamos a eles; via a liberdade. (CALADO, 1648, p. 220)

Dentro da obra *O Valeroso Lucideno e o triumpho da liberdade* há, no meio da narrativa a *Declaração e Aclamação de Vieira*, a qual foi assinada por diversos oficiais militares, oficiais da Câmara, eclesiásticos e pessoas principais de Pernambuco, sendo seus nomes listados um a um. Nela o abaixo assinado justifica a aclamação do senhor de engenho e destaca sua valentia e seu trabalho em defender as possessões do Rei de Portugal e suas virtudes como guerreiro ressaltadas.

(...) por conhecermos, & alcançarmos em João Fernandes Vieira partes, suficiência, & talento, & constância de animo, como acudir & de sua majestade (...) que para esses serviços despendia sua fazenda, desprezando todo risco (...) & mostrarse o mais zeloso nelas, o que de toso mostrou, & fez grande servidor de Sua Magestade, & o maior que o dito Senhor tem neste Estado, nesta ocasião da liberdade divina. (CALADO, 1648, p. 247)

Para erigir a representação de Vieira narrativamente, Calado o apresenta, primeiro como, um homem dotado de valores cristãos de caridade, auxílio ao próximo, em segundo, como um valente guerreiro que atua defendendo três frentes – a população pernambucana, a Santa Fé Católica e os territórios da Coroa portuguesa.

Essas características estão intrínsecas e, por vezes, chegar a serem sutis. Entretanto, por ser uma panegírico, em algumas descrições frei Manoel Calado não poupa elogios e comparações exageradas a Vieira, no trecho abaixo, o autor o compara ao deus da mitologia greco-romana Marte.

Que pela Fé de Christo verdadeira,/ E pela liberdade peleijando/ Sempre há de ter victoria o nosso bando/ Sobre um cavalo estava, que tremia/ Co belígero estrondo, E fúria braca/ E com as mãos a terra desfazia/ E pleo freio, E dentes escumava/ Hum brioso Deos Marte parecia. (CALADO, 1648, p. 286-297)

Denominado por Calado como o maior milagre operado por Deus no movimento restaurador, o descobrimento de uma traição é interpretado na narrativa do autor como uma ação da Providência através da ação de João Fernandes Vieira. Nesse contexto, alguns moradores haviam se aliado aos neerlandeses traidores e, por conta das injustiças cometidas por esses grupos, outros moradores reagiram as retaliações que sofreram. Com as traições sendo descobertas, os moradores foram poupados e, por ser uma guerra divina para Calado, a descoberta foi obra do céu em benefício do movimento restaurador.

Foi o descobrimento desta traição a juízo de prudentes varoens, o maior milagre que Deos obrou nesta empresa da liberdade, porque se senão descobrira por ordem do Ceo, todos os moradores de Pernambuco estavam vendidos, E na primeira ocasião de retirada de nossa parte, (...) ou de algum descuido nosso, nos avião de matar todos, sem misericórdia, nem piedade. (CALADO, 1648, p. 291)

Outra intervenção de Vieira que resultou em um acontecimento milagroso que merece destaque é a relacionada com as pestes que assolaram a capitania. O autor narra com a rigorosa seca que assolou a região, sobrevieram em Pernambuco doenças contagiosas, como catarros, pontadas e febres malignas. O mau se alastrou com tamanha rapidez que em menos de um dia morriam várias pessoas, incluindo famílias inteiras. Assim, Vieira vendo que essa peste estava assolando não só os moradores como também os seus soldados, mandou a construção no hospital de um altar para São Gonçalo, onde se realizassem missas. Além disso, promoveu procissões com a utilização dos ícones de São Sebastião para que Deus ouvisse e livrasse o povo de tais moléstias. O resultado dessas ações e do auxílio do povo foi o abrandamento das pestes:

(...) & foi Deos servido, que por merecimentos dos Sanctos, & submissão, & lágrimas dos moradores da terra, & principalmente por a morte, & paixão de Jesus Christo nosso Salvador, que dentro de poucos dias cessarão as doenças (CALADO, 1648, p. 295).

Um elemento narrativo que Calado utiliza para construir a representação do militar e senhor de engenho é a narração das iniciativas desse de construção e reconstrução de templos outrora destruídos pelos hereges neerlandeses. Se aproximando do fim da narrativa é relatada a realização de uma obra, na qual foi realizada em uma congregação, sendo tal ação comemorada pelos moradores:

(...) o Governador da liberdade João Fernandes Vieira, mandou fazer na Igreja Matriz da Várzea hum sumptuoso sepulchro, segundo se costuma fazer entre os Catholicos Christãos, aonde esteve em custódia, & celebraraõ os divinos officios com a maior devação, aparato, & música, que já mais se fez naquele Estado, & todos os gastos pagou de sua bolsa, & fazenda (CALADO, 1648, p 328)

Dentre tantos milagres que são apresentados ao longo da obra, o associado a aparição de uma imagem de São Batista merece destaque por ser seguida por uma declaração de João Fernandes Vieira, na qual, por esse milagre, o militar e senhor de engenho legitima a causa da Restauração. Nesse episódio, Caldo conta que um morador pobre havia sonhado por cerca de três noites com uma imagem de São João Batista era encontrada entre as pedras do mar. Tal revelação chegando aos ouvidos de um sacerdote, este chamou o povo para ir em direção a localidade, na qual supostamente havia sido encontrado nos sonhos o ícone do santo. Encontrando a imagem, a trouxeram para Igreja e Vieira, segundo Calado, proferiu as seguintes palavras:

Deos he comigo E o glorioso S. João Bautista, Santo do meu nome, me anda buscando, para me fazer mercês, eu prometo de lhe fazer hua Igreja no mesmo lugar aonde apareceu a sua sancta imagem, dando me Deos bom, E distoso fim nesta empresa da liberdade, que trago entre mãos. (CALADO, 1648, p. 344)

A última poesia que o autor insere no livro reitera o que é constantemente lembrado ao longo na narrativa – a empresa da Restauração é divina, possui a benção de Deus para combater o inimigo herege e João Fernandes Vieira é o agente da Providência para libertar o povo. “(...) Pois, Lucideno, a Ilha tens ganhado,/ Sem que nessa perdesse hum soldado/ Os olhos Lucideno ao Ceo levanta,/ Tendo em forma da Cruz ambos os braços/ (...) E pois o pefido Belga pretende/ Semear nos Fieis falsa doutrina” (CALADO, 1648, p. 350). Sendo a guerra divinizada, heróis são construídos para representar os desígnios da Providência. Assim, o *Valeroso Lucideno e o triumpho da liberdade*, ao narrar conflitos entre potências com divergências doutrinárias e comerciais e escrito com o intuito de beneficiar a causa da Restauração e os interesses da elite pernambucana, cria heróis e vilões que condizem com seus

interesses imediatos de escrita e publicação. Se os invasores são veemente descritos como seres maus, João Fernandes Vieira, Antônio Dias Cardoso, Felipe Camarão, lideram a causa da verdadeira fé, para Calado. Entretanto, Vieira é representado como o agente-mor da Providência, o herói dos moradores e da Coroa, mas principalmente por ter defendido a fé católica dos hereges protestantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os estudos realizados, é notória a estratégia narrativa do Frei Manuel Calado de heroicizar a figura do senhor de engenho e militar João Fernandes Vieira. A obra possuía o intuito, para benefício dos insurretos pernambucanos, conquistar a mercê do Rei de Portugal e seus ministros. Tanto o Calado, quanto Vieira necessitavam em maus lençóis com relação a suas reputações. O primeiro havia se desentendido com o Bispo do Brasil e o segundo era alvo de sérias denúncias com relação a suas condutas ilícitas. Ambos na obra são representados como heróis no contexto da Guerra de Restauração. Porém, Vieira é quem tem a proeminência, sendo o *Lucideno*, que a narrativa retrata e exalta suas ações.

Não apenas o retratando como nome principal da empresa da Restauração, os contornos que a escrita dessa crônica vieirense o representa, aproxima-o de um salvador enviado pela Providência, e por vezes como um próprio Messias da causa dos insurretos. Sua figura é posta em contrariedade a de Gaspar Dias Ferreira, sendo este representado como uma figura sem escrúpulos, enquanto João Fernandes Vieira é aquele que tem o propósito genuíno de construir igrejas, restaurar o território dominado pelos holandeses e salvar dos moradores de Pernambuco. A descrição de eventos apontando as atitudes de Vieira sob uma percepção da ética moral cristã, as opulentas elegias a sua pessoa, decalcam a imagem desse senhor de engenho, não só para a Coroa, mas para a posteridade na construção de um imaginário da Guerra Holandesa, onde ele exerce o protagonismo, carregando em seus ombros o fardo da libertação o julgo da ocupação holandesa. Como um panegírico, a obra atende as necessidades imediatas de Vieira, ao representa-lo como herói, ao passo das acusações que estava recebendo, bem como do próprio Calado e da causa da Restauração.

O enredo providencialista é basilar na construção da narrativa histórica de frei Manuel Calado. O pecado é o agente catalisador das perdas bélicas da capitania e Deus mediante a Graça, movimenta a história e seus eventos com propósito de salvação para seu povo. Estabelecendo paralelos, entre o povo da capitania e o povo de Israel, o frei concebe os eventos históricos sob a égide da teologia da Contrarreforma, no qual o povo católico é guardião da verdadeira fé cristã e os neerlandeses, como filhos da perdição, são hereges sempre pontos a realizarem o mau. Nesse arcabouço literário, histórico e doutrinário João Fernandes Vieira é

representado como agente da vontade divina. Ele é o instrumento da Providência para libertação dos necessitados moradores da capitania com relação aos hereges.

Assim, *O Valeroso Lucideno e triumpho da liberdade* (1648) ecoa o contexto histórico, literário e doutrinário de seu contexto de publicação. Prioristicamente, a obra de Frei Manuel Calado tem o objetivo claro de obter a mercê do Rei e seus ministros para com os insurretos, além de abafar as denúncias contra o seu autor e João Fernandes Vieira, mediante a representação de ambos como defensores da fé católica e salvação do povo pernambucano. Para esse fim, Calado utilizou como uma estratégia retórica e narrativa o enredo providencialista. Este tipo de concepção de tempo e história que tem a Providência como agente definitivo dos acontecimentos era comum nas narrativas históricas portuguesas e se fez presente no Seiscentos. Aliado as características barrocas de escrita, o autor utilizou esse enredo não apenas para retratar e interpretar o conflito, mas para erigir uma figura heroica e messiânica de Vieira, a qual transpassou a realidade imediata de publicação e integra o imaginário construído posteriormente acerca da Insurreição Pernambucana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe. **O Tempo da História**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Antropos, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: E. Brasiliense, 1984.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDÉ, Guy; Martin, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Fórum da História, 1983.

_____. **Os holandeses no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BRITO, Sylvia Brandão Ramalho. **A Dialética do castigo: histórias de um frade no Brasil Holandês**. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [S. I.], 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5973>. Acesso em: 1 jul. 2023.

_____. **Providencialismo e cultura histórica: o universo luso-brasileiro durante o domínio holandês**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p. 1 - 9. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890934_ARQUIVO_artigo_anpuh_2011.pdf. Acesso em: 30 de Mai. 2023.

CALADO, Manuel. **O Valeroso Lucideno, e triumpho da liberdade**. Primeira parte [Livro]. Lisboa[Portugal]: Paulo Craesbeeck, 1648. Disponível em: <<https://purl.pt/13989>>. Acesso em: 20/11/2022.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. Ed. Algés: DIFEL 82 — Difbsao Editorial, S .A, janeiro 2002.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 2002, p. 7

_____. **O mundo como representação**. Estudos avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173 – 191, Abril, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso em: 01 de Jul. 2023

CLEMENTINO, Kleber. **Historiografia e política nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul**. Recife: tese defendida no PPG em História da UFPE, 2016.

_____. A Guerra Holandesa nas relações de sucessos seiscentistas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 41, mai-ago 2019, p. 490-514.

_____. A Mão Que Afaga Estratégias retóricas nas crônicas portuguesas da presença neerlandesa no Atlântico Sul. **Revista do IAHP**, Recife, n. 67, pp. 39-54, 2014

_____. Mina secreta, aríete forçoso: o livro na historicização da Guerra Holandesa (1625-1660). **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, 28,

1-46. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28d3e32>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

_____. As Histórias vierenses da Guerra Holandesa: Uma experiência de escrita da história a partir do ultramar português (1656-1679). *In*: LIMA, Luís Filipe Silvério; MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro (org.). **Cultura letrada no espaço euro-atlântico (Sécs. XVI-XVIII)**. Recife: Ed. UFPE, 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **A época colonial**, v. 1: do descobrimento à expansão territorial por Aziz N. Ab`Saber... [et al.] – 15ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. **Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624 – 1654) – Volume 1**. 2010. 883f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1_equus_rusus_a_igreja_catolica_e_as_guerras_neerlandesas_na_bahia_1624_-_1654.pdf. Acesso em: 16 de ago. 2023.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 1. Ed. São Paulo: Penguin - Companhia das Letras, 2021.

_____. **O Brasil holandês (1630-1654)**. 1. Ed. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2010.

_____. **O Negócio do Brasil**. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. 1. ed. São Paulo: Penguin - Companhia das Letras, 2021

_____. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 1. ed. São Paulo: Penguin - Companhia das Letras, 2021

MELLO, J. A. Gonsalves de. **Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por sua santidade, cronista da Restauração**. Recife: Universidade do Recife, 1954.

_____. **João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000 [1956].

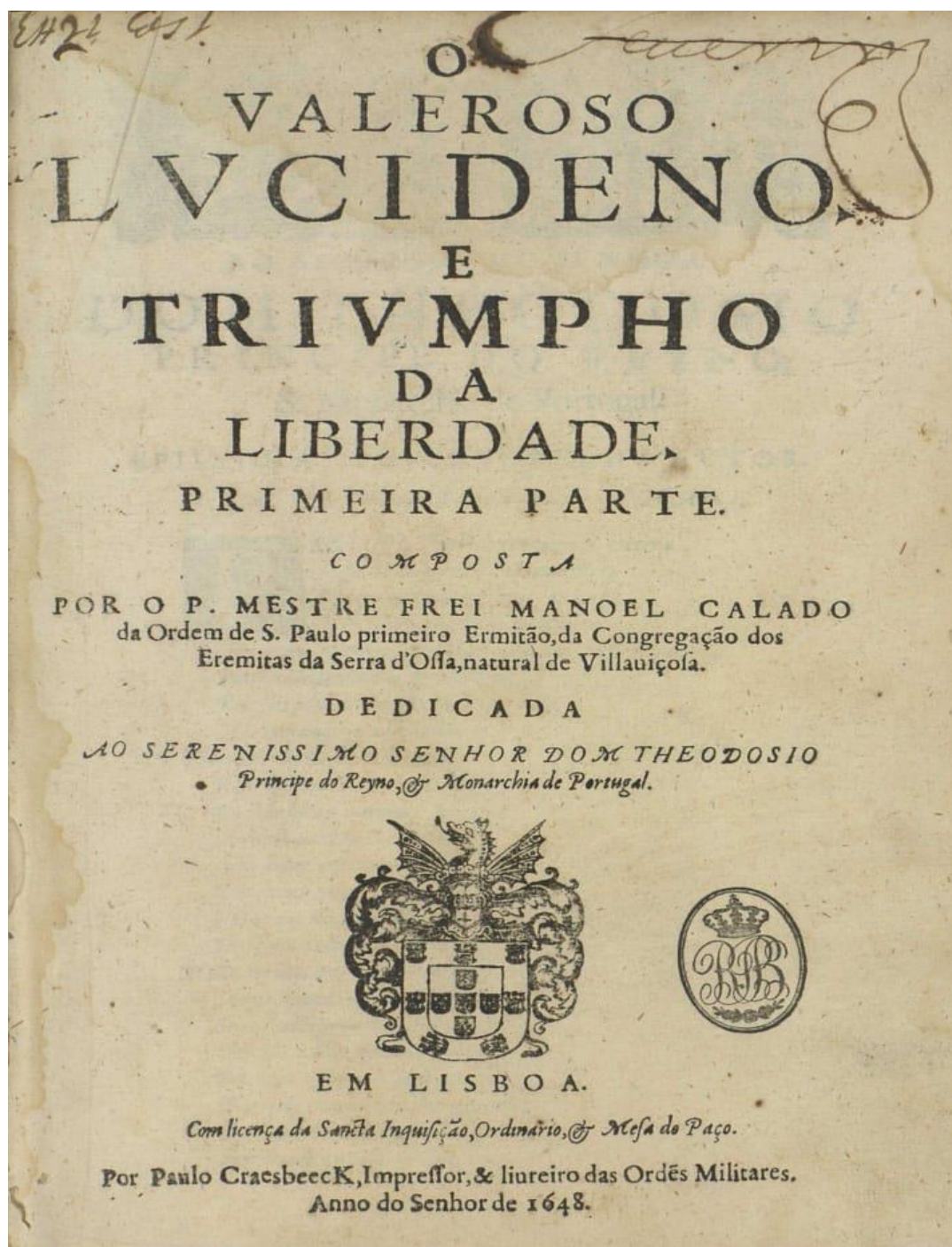
MURARO, Valmir Francisco. Brasil: 500 anos de história messiânica e providencialista. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, 14(29). Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/196>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

NETO, José Maria; SOUZA, Juarlysson Jhones. Santo Agostinho: enredo histórico e providencialismo. **Revista De Teologia E Ciências Da Religião Da UNICAP (Descontinuada)**, 1(1), 77–86. <https://doi.org/10.25247/2237-907x.2011v1n1>. Acesso em 17 de ag. de 2023.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 a 1654)**. 3. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

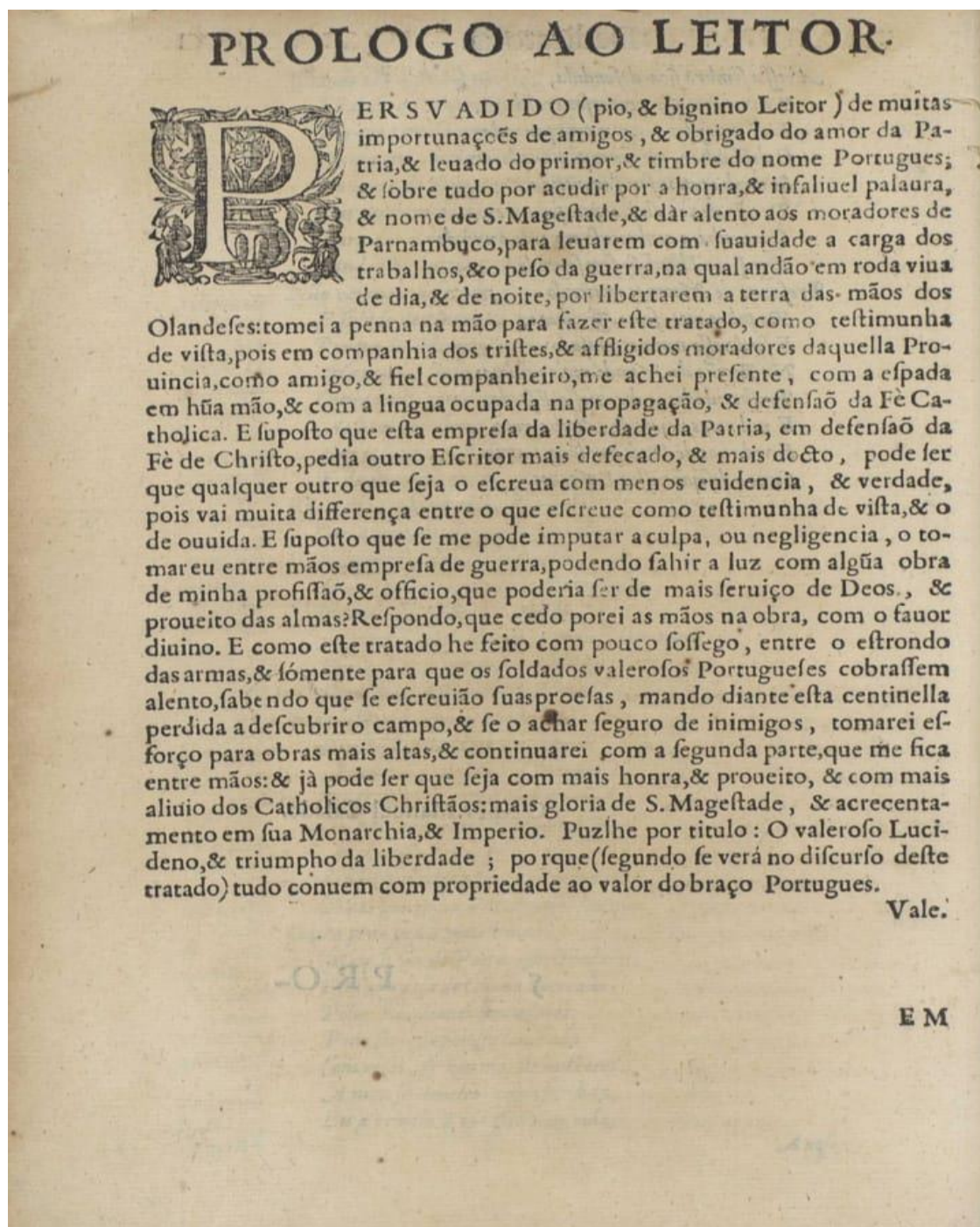
ANEXOS

Anexo 1 – Capa da primeira versão publicada da obra *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade*



Fonte: *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade*, primeira Edição, Lisboa, 1648.

Anexo 2 – Prólogo ao leitor



Fonte: **O Valeroso Lucideno e triumpho da liberdade**, primeira Edição, Lisboa, 1648.